

Ô NOVO

PNE

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2011-2020

**Mais uma macro-política
neoliberal para a
educação
ou
Rumo a uma educação
privatizada voltada
para o mercado**



O NOVO PNE:

PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO 2011-2020

**MAIS UMA MACRO-POLÍTICA
NEOLIBERAL PARA A EDUCAÇÃO**

OU

**RUMO A UMA EDUCAÇÃO PRIVATIZADA
VOLTADA PARA O MERCADO**



REDE ESTUDANTIL CLASSISTA E COMBATIVA

- Setembro de 2011 -

Durante todo período de implementação no Brasil de um modelo de educação calcado na cartilha neoliberal, em especial durante o governo Lula (2002-2010), vimos estourar por todo país uma centena de protestos estudantis, greves, ocupações de reitorias, confronto com as forças repressivas e o Estado, questionando programas como o REUNI, as Fundações privadas ditas de apoio, o Novo ENEM, as provas do ENADE, o EaD e etc. Ainda hoje, diversas lutas de estudantes e professores estouram pelo Brasil cujos conteúdos de reivindicação são decorrência diretas ou indiretas de programas como REUNI – superlotação de salas de aula, restaurantes universitários com quilométricas filas, bolsas permanência e assistência estudantil insuficiente para a demanda, ou contra o insuficiente financiamento público na educação, piorado pelo corte de 3,1 bilhão de reais no início de 2011.

Vale lembrar que, durante todo este período, a UNE e UBES (União Nacional dos Estudantes, universitários e secundaristas, respectivamente) foram complacentes com a política governista e, se não atuaram blindando o governo contra as mobilizações existentes, simplesmente se calaram, desarmando assim o movimento estudantil para a luta.

Ocorre que agora as novas pretensões do governo petista são ousadas e tentam se aproveitar da suposta falta de capacidade de reação dos estudantes e trabalhadores da educação. Dilma Rousseff e seu demagogo Ministro da Educação, Fernando Hadad, visam sistematizar praticamente todos os programas antes lançados de forma fragmentada em projetos de lei e decretos em um único pacote de reforma neoliberal, afetando todas as modalidades de ensino: o novo PNE – Plano Nacional da Educação 2011-2020.

É preciso que estudantes e todos trabalhadores em educação que de fato se preocupam com o futuro da educação ao povo brasileiro, se atentem às armadilhas deste novo PNE. Precisamos compreender, primeiro, que o contexto global do modo de produção capitalista e o novo perfil do Estado burguês são marcados pelo padrão neoliberal e de super-exploração do trabalho, não estando a educação descolada deste período histórico. Entendendo isto, temos de buscar os reais interesses em cada uma das metas do PNE deste Governo de Dilma/PT, verdadeiro representante do capital, nesta reforma macro política estatal na educação.

Passamos por um período histórico nos rumos da educação. Ou vencerá uma lógica mercantilista, precarizada e privatizada de ensino. Ou a classe trabalhadora e os estudantes se organizam para ir às ruas, lutar sem concessões para barrar globalmente a educação neoliberal no Brasil, abrindo assim caminho para construirmos um projeto de uma Educação Popular, a serviço da emancipação da classe trabalhadora.

**ABAIXO O PNE NEOLIBERAL!
CONSTRUIR A GREVE GERAL NA EDUCAÇÃO!**

ENTENDER A CONJUNTURA: COMO ANDA A EDUCAÇÃO NO PAÍS?

Acompanhando um processo internacional, o Brasil está entrando na sua terceira década de aplicação do neoliberalismo. Os governos do atual Estado capitalista brasileiro do período “democrático”, com suas máscaras “socialdemocrata-trabalhista” (Collor, FHC), ou “dos trabalhadores” (Lula, Dilma), mas na verdade sob a direção da burguesia nacional e internacional/imperialista, em suas diversas divisões e organismos foram responsáveis para garantir o acúmulo do capital por consecutivos ataques aos trabalhadores nos últimos anos. Esses ataques se deram através da precarização da vida e do trabalho, da *flexibilização* dos seus parques direitos, da privatização dos serviços básicos (transporte, saúde, educação, comunicação etc.), além do aumento da brutalidade dos aparatos repressivos do Estado para “manter a nova ordem mundial”.

Os danos para a maioria da população brasileira desses anos que ainda não acabaram foram e são enormes, e a classe trabalhadora continua sem poder dar uma resposta já que suas maiores e mais influentes organizações e lideranças (PT, PCdoB, CUT, UNE etc.) estão diretamente envolvidas na aplicação dessas reformas neoliberais, principalmente depois da eleição de Lula/PT em 2002, onde se submetem declaradamente ao mesmo, deixando de enfrentar seus ataques.

Nesse contexto, na educação brasileira, a dura realidade continua sem mudanças substanciais, em seus diversos níveis e modalidades e em suas desigualdades regionais e de classe gigantescas. Apesar das propagandas governamentais alardearem uma grande melhoria na qualidade e um aumento nas estatísticas e índices positivos, não é essa realidade que vemos no cotidiano e nas pesquisas que fogem da lógica quantitativa, e até mesmo em algumas estatísticas alarmantes. O índice de analfabetismo de nossa população com mais de 15 anos beira hoje os 10% segundo dados do Censo 2010 do IBGE, representando cerca de 15 milhões de brasileiros. Segundo o SIS (Síntese de Indicadores Sociais de 2010, do IBGE), o analfabetismo funcional na mesma faixa etária está em torno de 20%, o que denuncia a não efetividade de nossa atual escolarização e sua falência na formação básica. Um em cada cinco brasileiros com mais de 15 anos é analfabeto funcional. A maioria da população atingida pelo analfabetismo padrão ou funcional é idosa, da região nordeste, de zona rural e, obviamente, com renda familiar muito baixa.

O investimento do PIB (Produto Interno Bruto, soma de todas as riquezas produzidas num país) em educação nos últimos anos não chegou aos 5%, e o ano de 2011 já começou com um corte de orçamento histórico de 3,1 bilhões só na educação. Além disso, a discrepância da qualidade e estrutura da educação entre o sistema público e o privado nos níveis básico e médio é gritante em várias regiões do país.

Para as massas populares a escola e a educação são despossuídas de sentido

frente a sua vida precária no lar, na rua, no trabalho etc. Os conteúdos sem sentido para um futuro de trabalho explorado, a escola ruim, e a falta de oportunidades fazem da evasão escolar outro índice preocupante. As previsões e metas do último PNE (Plano Nacional de Educação de 2001-2010) sobre a evasão, assim como as de erradicação do analfabetismo, não foram nem de longe alcançadas, pelo contrário, caminharam para trás. No Censo da educação básica de 2010 do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), somente oito milhões de jovens e adultos estavam matriculados no ensino médio, com metade deles não cursando esse nível em idade própria. Isso sendo a população entre 15 e 19 anos, no PNAD 2009 (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios), de 60 milhões, e o número de matriculados nos anos finais do ensino fundamental superior a 14 milhões. Ou seja, de 14 milhões matriculados nos anos finais do ensino fundamental, o número cai quase pela metade quando consideramos o número de ingressantes no ensino médio.

No ensino não obrigatório (para além e anterior da chamada educação básica), que contempla hoje o ensino técnico/tecnológico e superior, além da educação infantil, que cada vez mais se torna obrigatória – graças a um mercado de trabalho competitivo e excludente que impõe cada vez mais uma qualificação e especialização constante e a lucrativa mercantilização da educação –, torna-se visível também as diferenças regionais e de classe.

Desde 2007 tivemos a substituição do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização) dos Profissionais da Educação que ampliou o financiamento do fundo para a educação infantil e para o EJA (educação de jovens e adultos). Desde lá houve um avanço no investimento público provindo das receitas do Estado, e conseqüentemente nas matrículas na educação infantil, sobretudo nas creches. A educação de 0 a 5 anos, segundo o SIS 2010, contempla mais de 38% das 13 milhões de crianças. Porém deve-se perguntar: qual a qualidade da maioria das instituições nesse nível? As creches atendem a demanda? Há a valorização do professor de séries iniciais?

A verdade é que a realidade das creches brasileiras é precária e não atendem a demanda. Quase 40% dos estabelecimentos são privados. Muitas mães trabalhadoras são forçadas a deixar seus filhos com profissionais sem formação apropriada e de trabalho precário. A continuidade dos projetos de mãe-crecheira/mãe social de trabalho domiciliar é um exemplo disso. No caso dos professores, a luta pela efetivação do piso salarial nacional (vergonhosos 1000 e poucos reais mensais) e por um melhor plano de carreira do magistério tem estourado por todo o Brasil no ano de 2011 já que o piso garantido por lei não vem sendo cumprido por vários estados, ocasionando greves, que são reprimidas pelo Estado.

No ensino técnico e tecnológico vemos que tal nível continua exercendo uma educação tecnicista, sob o controle do sistema “S” (SENAI, SENAC, SESC) cujos

cursos são abertos e orientados exclusivamente em função das demandas do mercado (industrial, de comércio, serviços etc.) dos empresários locais. O Censo 2010 aponta que quase 60% do ensino profissionalizante estão no setor privado, tendo as matrículas nesse setor quase dobrado de 2007 para 2010.

No ensino superior, hoje, segundo o último censo da educação superior de 2009 e último PNAD 2009, neste ano somente 14,4% dos jovens de 18 a 24 anos tem acesso a este nível, sendo a minoria no setor público e gratuito. Mesmo a reforma universitária, sobretudo com o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) de Lula tendo dobrado os números de vagas federais com “novos campi”, que significam: aulas superlotadas e sem estruturas, por exemplo, em contêineres, estádios de futebol ou em escolas de ensino fundamental do município, que superexploram os profissionais das instituições. O setor privado se apresenta com maior peso que na era FHC, oferecendo hoje cerca de 75% das vagas totais neste nível de ensino, de acordo dado do censo da educação superior de 2009.

Mas é importante frisar, ainda, uma realidade dupla: certos cursos, áreas e instituições do ensino superior, massificados, recebem estudantes de origem proletária, reféns de uma assistência estudantil fraca, recebendo uma formação rápida e fragmentada para formá-los em profissionais desprivilegiados; em contraponto vemos poucas instituições e cursos de elite que formam os filhos provindos das melhores escolas e cursinhos, aptos então a altos cargos ocupacionais na sociedade. No ensino superior ocorre uma inversão, graças à privatização (ampliada pelo PROUNI – Programa Universidade para Todos) e à elitização (via vestibular e mantida pelo Novo Enem): a grande maioria dos estudantes que recebem ensino ruim está no ensino privado (que representa $\frac{3}{4}$ das matrículas, uma verdadeira indústria de criar diplomas subsidiada pelo dinheiro público), normalmente muitas oriundas do ensino público do nível médio, e as elites estão em grande parte no setor público, oriundas das redes particulares do nível médio.

Esta distinção de origem social no ensino superior também se verifica em nível de cursos, como dito anteriormente, deixando às universidades uma tarefa de reproduzir a formação dos profissionais para um futuro duplo mercado de trabalho (áreas de atuação com menos direitos, menores salários e outras com mais seguros e melhor remuneração) e reproduzindo também as contradições de classe (onde determinados cursos, como direito, gestão do agronegócio etc., tendem a formar uma minoria de quadros dirigentes do capitalismo e da burocracia estatal).

Sem contar que, no ensino superior, a ciência e tecnologia criadas têm cada vez mais cumprindo uma função mercadológica e pragmática. O novo modelo de gestão neoliberal que a reforma universitária petista aprofundou, através de PPP (parcerias público-privadas), convênios, fundações “públicas” de direito privado, tem como objetivo privatizar a universidade pública por dentro e colocá-la a serviço de fins lucrativos e corruptos. E essa tem sido a realidade das várias universidades brasileiras.

Sendo assim, os trabalhadores não só são excluídos do acesso às universidades, mas também dos frutos oferecidos por ela.

A qualidade na educação não obrigatória nos últimos anos tem sido deixada de escanteio para a maioria: o desespero de alcançar estatísticas e índices internacionais custe o que custar, a política produtivista das organizações de fomento a pesquisa não garante uma educação independente, e cada vez mais o enfoque de formar minoria super-especializada e uma maioria que “encha” as estatísticas e útil para o mercado faz aumentar o uso do EaD (Ensino a Distância) de baixo custo em detrimento do ensino presencial, multiplicando as matrículas nesta modalidade nos últimos anos. Segundo o Cens da educação superior de 2009, se em 2001, o EaD no ensino superior significava apenas 0,2% dos números de matrículas, em 2009 ela já representava quase 15% e aumentando. Em 2009, quase 40% do curso de pedagogia, por exemplo, era ofertado a distância no país. Sendo assim, não podemos falar em democratização, já que a dita expansão é meramente quantitativa e elitista, não garantindo a permanência, a igualdade de condições e oportunidades e o avanço da grande maioria dos estudantes provindos das camadas populares.

Um diploma de curso superior hoje, muitas vezes, de nada significa: o engodo da ascensão social, seguridade social e crescimento econômico se apresentam na forma de uma legião de “intelectualizados” em subempregos ou em cargos flexíveis.

A formação e o respeito para com os profissionais da educação continuam postergados, como dito. O desprestígio e o desrespeito com o magistério, tanto no cotidiano profissional quanto na repressão do Estado nos momentos de luta, é inegável, assim como da crescente precarização e flexibilização do trabalho de todos os profissionais envolvidos com a educação. Temos que compreender que um ataque contra os trabalhadores da educação é um ataque direto contra toda a educação.

Assim a ilusão da “ascensão social” e da educação como panaceia para o subdesenvolvimento e desigualdade torna-se clara frente aos limites intransponíveis de classe impostos no atual modelo capitalista de nosso país. As promessas de melhoria da qualidade propagandeadas desde o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação, 2007, o “PAC” da educação) de Lula na prática só modificam aspectos superestruturais da educação, sem mudar sua função social, já que continua obedecendo aos imperativos da expansão e acúmulo do capital, expressos nos documentos e políticas internacionais.

O QUE O NOVO PNE SIGNIFICA?

Frente a essa realidade, está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto Lei do novo PNE (Pleno Nacional de Educação 2011-2020), apresentado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, no final do ano passado para entrar em vigência a partir de 2011. O novo PNE, que possui número recorde de emendas (mais de 2000), tem previsão de ser aprovado em novembro desse ano, e já ganha perspectivas pessimistas da concretização de diversos de seus aspectos até do presidente da comissão especial destinada a analisar o Projeto de Lei referido, o deputado Gastão Viera do PMDB: *“Estamos vivendo uma perspectiva de crise fiscal, com câmbio descontrolado e risco de inflação. Não adianta aprovar um plano com metas ambiciosas no meio de uma crise, porque isso com certeza trará consequências prejudiciais para a viabilidade da execução da medida”*. Ou seja, isto demonstra, em parte, a inviabilidade econômica para atingir determinadas metas, tal como a erradicação do analfabetismo, democratização do acesso, posto que a prioridade seja – e isto o governo Dilma de fato já vem executando – salvar o capital diante da crise financeira mundial, cortando gastos públicos, pagando a dívida pública etc., a despeito de o novo PNE interessar diretamente frações da burguesia ligadas à educação.

Sendo o novo PNE um acumulado de 20 metas com respectivas estratégias, umas realistas e governáveis (e desejáveis) para o capital nacional e internacional, somadas a outras inviáveis na atual conjuntura (como o realista deputado assumi, sobretudo no tocante financiamento), tais metas representam muito mais a vontade de frações empresariais e governantes que da maioria da população, como se pode ver tanto pelo seu conteúdo como pelo seu modo de formulação e aprovação.

Formulado de maneira autoritária, onde o aval último das propostas é dado por uma pequena minoria de gabinete, sem amplos debates na população, cuja execução se dá muitas vezes por “decretadas”, como foi na era Lula, o governo tenta mascarar o método antidemocrático e antipopular da construção do novo PNE com as conferências e fóruns tripartites (capital, governo, e trabalhadores, ou como dito, a misticadora “sociedade civil organizada” e o Estado) como a CONAE (Conferência Nacional de Educação) que ocorreu em 2007, e teve como um dos eixos centrais a construção do novo PNE. Esses espaços consultivos, não deliberativos, que se baseiam na falsa apriorística de um Estado neutro, desprovido de conteúdo de classe, são um engodo já que buscam mascarar e criar um espaço de colaboracionismo entre agentes sociais antagônicos, ou seja, escamoteiam a polarização entre governos e patrões versus trabalhadores-estudantes-povo. Os sindicatos e entidades estudantis que participam e legitimam esses espaços visam dar uma aparência de “representantes da maioria” às políticas governamentais, porém de nada valem, já que, em sua maioria, são burocracias submissas ao governo, tais como a CUT, CNTE e UNE.

Seguindo as diretrizes internacionais do capital, o novo PNE é uma macro-política de Estado neoliberal clara. Ainda que os governos petistas e seus defensores

(CUT e UNE) insistam nas supostas diferenças entre o “neoliberal” FHC e a nova era “popular democrática”, é visível que as políticas educacionais e as tendências gerais na era petista (Lula e Dilma) dão continuidade e aprofundamento à era FHC (aumento do setor privado empresarial no ensino superior, novas formas de financiamento e gestão que desmontam a coisa e o interesse público, a mesma parca porcentagem do PIB para a educação etc.). O próprio PNE foi, após a “redemocratização”, uma forma de política educacional aplicada pela primeira vez no governo FHC.

Macro-políticas educacionais decenais que visem metas a serem alcançadas não é uma invenção petista, como visto acima. Mas por outro lado, também não é exclusiva de nosso país e nossa época. Já na época da guerra fria, quando o imperialismo norte-americano era mais explícito na América Latina, financiando diretamente as ditaduras etc., os países capitalistas dominantes produziam análises e impunham políticas para o campo da cultura e educação para os países subdesenvolvidos que corriam risco de “subversão”. Para supostamente “defenderem a segurança nacional”, com o apoio das classes dominantes locais, já propunham, por exemplo, programas decenais de educação. Um marco dessa política imperialista é a Conferência de Punta del Este (1961), que continham propostas culturais e educacionais para a América Latina sob a coordenação dos EUA. Tal Conferência desembocaria na Aliança Para o Progresso (1961-1970) e na descarada política imperialista de intervenção política e militar por parte dos EUA. Essa forma de dominação política e cultural contemporânea é adotada desde então na educação brasileira com suas expressões nas reformas da era ditatorial, como os acordos MEC/USAID iniciadas na década de 60. Ou mesmo nas reformas neoliberais atuais impostas e financiadas pelos organismos internacionais ligados à ONU (UNESCO, Banco Mundial, FMI etc.), ambas de cunho (neo) liberal, embasadas muitas vezes na famigerada teoria do capital humano, e tecnicista, pondo a educação a serviço do capital e dos interesses internacionais dominantes. Ou seja, a educação entendida não como direito garantida pelo Estado, mas como mecanismo para aumentar a competitividade do mercado.

No período atual, os marcos fundamentais da política educacional no Brasil são as conferências internacionais guinadas pela UNESCO dos anos 90, que criaram um pacto de concepção neoliberal para a educação e, nacionalmente, o “Compromisso todos pela educação” de 2007, com forte apoio do empresariado e banqueiros e na linha dos documentos internacionais, que dá um caráter mais sistêmico e uma reforma educacional em todos os níveis mais organizada do que na era FHC. Essa reforma educacional neoliberal é aprofundada e se consolida como uma macro-política estatal a partir do novo PNE (2011-2020), e desde já não traz nenhuma esperança para o povo, vide a falência da “década da educação”, que seguia os mesmos parâmetros, declarada por FHC e executada (apesar dos fracassos) por Lula no antigo PNE (2001-2010).

Como pano de fundo, as políticas neoliberais na educação, como dito, visam uma educação quantitativa e tecnicista em busca de índices e metas internacionais (via um sistema de avaliação massificado e ranqueado, como o da OCDE), que le-

gititem investimentos do capital, e o desmonte da educação pública de qualidade. Se antes, no governo Lula, as reformas neoliberais na educação foram apresentadas de maneira fragmentada, por uma série de decretos e Projetos de Lei, pois o governo não conseguiu implantá-las de uma única vez – em parte por causa da resistência colocada pelo Movimento Estudantil do período –, agora é possível vislumbrar através de documentos como o PNE suas pretensões globais e de longo alcance. O objetivo dessas reformas é adaptar a educação aos novos tempos do mercado mundial, ou seja, uma educação para as novas formas de acumulação e expansão do capital, o que significa a exploração das massas.

O governo diz, obviamente, e isso é repetido pelas entidades traíras, como a UNE, CUT, UBES, que o novo PNE possui um importante papel para o “desenvolvimento” e “democratização” do país. Dissimulando que a educação mudou qualitativamente desde o governo FHC, nega o fracasso do alcance das metas elaboradas nos anos posteriores e o constante estado de crise que se encontra diversos níveis e modalidades da educação brasileira, sem contar da massificação sem qualidade e do crescente e lucrativo setor privado empresarial que impossibilita uma educação voltada para o povo.

O QUE O NOVO PNE NOS DIZ OU REAFIRMA?

Como dito, o PNE abrange metas para todos os níveis e modalidades da educação. Aqui serão analisados mais profundamente alguns pontos que achamos críticos, principalmente os que precisam ser considerados pelo movimento estudantil. No entanto listamos a seguir as 20 metas mais gerais do novo PNE já com alguns comentários preliminares, com o objetivo de denunciar seu papel funesto, atrasado e farsante ao mesmo tempo. Seguem as metas destacadas em negrito e nossos comentários em itálico:

Art. 2º São diretrizes do PNE - 2011/2020:

I - erradicação do analfabetismo;

(Meta que não fora alcançada no último PNE que esteve em vigência no governo Lula)

II - universalização do atendimento escolar;

(Meta já atingida por diversos outros países latinos de economia menor)

III - superação das desigualdades educacionais;

(A suposta superação das desigualdades educacionais torna-se um verdadeiro engodo mantendo a principal, e sua causadora, a própria sociedade de classes).

IV - melhoria da qualidade do ensino;

(Objetivo do PDE de 2007 de Lula, e desde lá sabemos que os índices de qualidade só visam maquiar a realidade).

V - formação para o trabalho;

(À frente veremos que a formação para o trabalho se equivale a tecnicismo e obediência ao mercado, em detrimento de uma formação humana integral).

VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental;

(A presença do discurso ecológico hoje hegemônico nas organizações imperialistas se contrasta às políticas devastadoras a serviço do latifúndio e do capital que a dirigência do PT tem realizado)

VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País;

(O tecnicismo esvazia qualquer possibilidade de formação humanística a propedêutica; veremos a seguir como isso fica explícito na proposta de ensino médio; a ciência e tecnologia produtivista a serviço de quem? Realizada por quem? As grandes massas continuam bem longe dos centros de pesquisa e de seus resultados, diferentemente dos empresários e seus filhos, e como veremos o novo PNE aprofunda as reformas do ensino superior de Lula).

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;

(Os famosos 7% do PIB ampliado de maneira gradual, vetado por FHC no último PNE e que Lula nem buscou se aproximar).

IX - valorização dos profissionais da educação; e

(A precarização e flexibilização dos profissionais da educação é uma realidade cada vez mais crescente: terceirização, arrocho salarial, perda de direitos, superexploração, proletarianização da docência etc. A tendência neoliberal do novo PNE não deixa esperanças para uma melhora trabalhista)

X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

(Equidade com lógica empresarial, mercadológica e produtivista em todos os níveis educacionais? Gestão democrática com o Estado interferindo na autonomia da comunidade escolar e universitária? Respeito à diversidade num modelo neoliberal? Isso não passa de discurso retórico e vazio).

De maneira geral, pretendendo alcançar as exigências sociais e de mercado

dos últimos anos, o governo no novo PNE continua a sacrificar a educação pública, gratuita de qualidade, substituindo por novas formas de financiamento e gestão, através dos convênios, ou por novas formas de expansão de ensino, como o EaD precarizante, eximindo-se da responsabilidade de poder público de oferecer as condições à educação ao mesmo tempo que tenta dar a impressão de “dever cumprido”, ao oferecer para todos oportunidades e educação de qualidade, legitimando-se através de dados governamentais mistificadores. Para isso também não larga mão das aberturas e brechas jurídicas, possibilitando ajustes legais mesmo que passem por cima da vontade popular e da legislação para cumprir as metas, sendo essa característica de *flexibilização* muito comum em toda política neoliberal.

Investimento e Financiamento

Um dos pontos mais polêmicos do novo PNE é sobre o financiamento, sobretudo a porcentagem destinada do PIB para a educação, que está presente em sua última meta: **Meta 20:** *“Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país.”* Continuando com a meta anterior – não alcançada, diga-se de passagem, e até vetada pelo falecido ministro da educação de FHC, de atingir gradualmente meros 7% do PIB até o final do plano vigente (2020), agora apenas estendendo seu “prazo”, o novo PNE diverge das propostas de outros setores da sociedade, inclusive participantes do CONAE, que buscam os famosos 10% para a educação. Já nesse ponto, o PNE demonstra-se inviável de cumprir várias das metas que necessitam de investimento massivo na educação, tanto em infraestrutura, como em formação e pagamento de profissionais da educação ou como pretende a **Meta 6:** *“Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.”*

E com a continuidade de nosso podre sistema eleitoral e estatal corrupto e burocrático, onde as verbas para educação são uma das mais atacadas, também se questiona a efetividade de as verbas providas dos impostos chegarem às escolas.

Ademais, questionamos, por um lado, a centralidade dada à luta tão somente pelos 10% do PIB para a educação de maneira isolada. Esta, desvinculada da luta global contra o novo PNE, acaba por ir de encontro aos interesses econômicos das burguesias beneficiadas pelo novo PNE, uma vez que o mesmo serve diretamente aos interesses dos tubarões da educação (universidades pagas), dos representantes do mercado (sistema S) e das empresas que necessitam de ciência e tecnologia e mão-de-obra como um todo. Todo financiamento público para educação deve atender, única e exclusivamente, à própria educação pública. Por outro lado, cabe levantar, principalmente em tempos de crise mundial do capitalismo, a importância de se reivindicar a prioridade com os gastos sociais em detrimento de pagamento de juros e pacotes de salvamento para bancos. Estas quedas da economia é um problema originário do capitalismo e quem deve arcar com elas são os próprios capitalistas, e não o povo. O povo, estudantes e trabalhadores, não deverão pagar pelas crises. Que sofram cortes as taxas de lucro da burguesia, e não o financiamento do sistema

educacional nem o salário dos trabalhadores em educação. A luta pelo aumento de verbas par a educação deve ser, ao mesmo tempo, a luta contra o novo PNE e contra os cortes de verba, como o de 3,1 bilhões no início de 2011 feito por Dilma/PT.

Formação de professores, “valorização do magistério”, universalização do ensino e Educação fundamental.

Outra questão importante é a formação de professores e profissionais da educação. Seguindo as cartilhas dos organismos “multilaterais” do imperialismo como o Banco Mundial para os países “em desenvolvimento”, um dos focos desse novo PNE é a educação de nível fundamental. As Metas 1 e 2 nos dizem: **Meta 1: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.”** **Meta 2: “Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.”** Para atingir as metas de universalização do atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, assim como da duração do ensino fundamental para 9 anos (universalização que já no século XX países como Argentina já realizaram), e atingir 50% da população de até 3 anos na pré-escola/creche, o aumento massivo do número de docentes para séries iniciais hoje formados em nível superior faz-se urgente.

A **Meta 15** inclusive diz respeito à formação de todos os professores da educação básica em ensino superior/licenciatura. A forma encontrada pelo governo, que vem sendo aplicada desde o início da última década é o uso extensivo e intensivo do EaD para formação inicial e continuada de professores além da flexibilização das profissões. Os cursos de licenciaturas a distância que vem sendo aplicados são extremamente atingidos em sua qualidade, possuem uma evasão altíssima, já que a maioria desses cursos não garante a qualidade prevista nas universidades públicas e exigem uma autonomia não presente em alunos de graduação. A UAB (“Universidade” Aberta do Brasil), carro-chefe dessa política se amplia a cada dia. Cursos de especialização fragmentados também é uma forte tendência do mercado educacional que é fomentada pelo governo, assim como a pós-graduação, inclusive strictu sensu, sob a modalidade a distância, como se pode ver com o andamento dos primeiros cursos de mestrado ligados a áreas da educação em EaD.

Pode-se entender essa pretensão a partir da **Meta 14: “Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores”,** e **Estratégia 14.4: “Expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu utilizando metodologias, recursos e tecnologias de educação à distância, inclusive por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.”** Frente ao também precarizado e ineficiente ensino presencial, é importante ressaltar como o EaD da maneira como vem sendo aplicada precisa ser combativa, não só por não garantir qualidade necessária, mas também por enriquecer setores empresariais ligados às tecnologias e mercantilizar e fragmentar cada vez mais a educação e fomentar a flexibilização no mundo do trabalho. Vemos

- 14 -

com estas metas a forma que o governo utilizará para formação docente em massa: exatamente pela precarização.

E esse profissional com formação precária e massificada enfrentará também uma realidade profissional sem nenhum prestígio. O novo PNE não modifica substancialmente a condição de professor de escola pública no Brasil. Em sua **Meta 17**, diz: ***“Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente”*** (grifo nosso). Ou seja, o professor de sala de aula que ganha bem menos que um profissional com mesmo currículo que ele em outras instituições, terá seu salário aproximado e não igualado ao último. Suspeita-se também da efetividade do plano de carreira prometido na **Meta 18**.

A educação básica no novo PNE será voltada principalmente para atingir um índice mínimo do IDEB (como diz a **Meta 7**), instrumento regulador e ranqueador avaliado de maneira arbitrária como tantas outras formas avaliativas massificadas e quantitativas presentes na lógica neoliberal. O ensino cada vez mais apostilado se preocupará em atingir metas e serem testados nas avaliações regionais, nacionais ou internacionais, podendo as escolas e professores ganhar “bônus” por suas desenvolvimentos, mesmo que isso não signifique uma real aprendizagem dos alunos ou uma real autonomia didático-curricular do professor ou da comunidade escolar.

Ampliação da lógica do Ensino Médio Inovador: submissão ao novo Enem, e o Ensino profissionalizante

Em relação ao EJA (Educação de Jovens e Adultos) e ao ensino médio, percebemos uma forte guinada para o tecnicismo e também à utilização do EaD como estratégia para cumprir as metas, sobretudo as seguintes: **Meta 10: “Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.”** **Meta 11: “Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.”** Essa tendência de encaixar o ensino médio na lógica da reforma do ensino superior de Lula já fora denunciada pela RECC através da crítica ao Ensino Médio Inovador (EMI), de lógica profissionalizante e sem uma finalidade propedêutica, mas focando principalmente a estrutura do ainda mais elitista Novo Enem (ou como o chamamos, “Enembular”).

Tentando tornar o ensino médio “mais interessante” aos jovens e diminuir a evasão o governo ataca o currículo e a finalidade do ensino médio. Porém, o novo PNE aprofunda essa visão e o EMI, como podemos ver na **Meta 3, Estratégia 3.3: “Utilizar Exame Nacional do Ensino Médio como critério de acesso à educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam a comparabilidade dos resultados do exame”**, e para tornar 25% do EJA ligada ao ensino profissio-

nalizante e duplicar o ensino médio atrelado também ao ensino profissionalizante **“com apoio das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical”**, dito na **Estratégia 10.6**.

Assim, se no PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) de 2007 a carta coringa para o “desenvolvimento e democratização” era o ensino superior, através da reforma – via inchaço sem melhoria na infraestrutura – nesse nível, pelo REUNI, PROUNI, etc., nesse PNE percebemos o grande peso do ensino profissionalizante tecnicista vinculado à burguesia nacional (ligada, por exemplo, ao sistema “S”, SENAI, SENAC etc.) para interesse e necessidade do capital. Isso se torna claro quando percebemos a transferência das metas da reforma do ensino superior agora para o ensino técnico/tecnológico. Citamos: o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego) e o “FIES do ensino técnico”, previstos no novo PNE, são o PROUNI e o FIES (Programa de Financiamento Estudantil – que endivida os estudantes, programa aplicado em vários países do mundo de tendência neoliberal) original criado pelo FHC de outrora, ou seja, o investimento da verba pública e o incentivo do governo para com a ampliação e a lucratividade do setor privado; um provão previsto no PNE que examine a qualidade do ensino técnico, tal qual o ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, antigo Provão do FHC) para ensino superior; a elevação gradual da **“taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica para 90% e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos por professor para 20”** (Estratégia 11.10) é semelhante, para não dizer igual, às metas do REUNI de Lula.

Aprofundamento da reforma do ensino superior de Lula

No ensino superior, além do uso massivo do EaD (agora para mestrados e doutorados) para ampliar as matrículas nesse nível, as metas e tendências privatizantes e precarizantes da era Lula continuam. Na continuidade de **“Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta”** (Meta 12), não cumprida nem de longe com Lula, as metas do REUNI (dobrar número de alunos por professor nas instituições etc.), continuam a vigorar só que agora será ampliando para todas as universidades públicas, não só as federais, já que, como até o presidente da UNE comentou recentemente “o Reuni é insuficiente”. Realmente, para finalizar o sucateamento do ensino superior público para a maioria e tornar as universidades em escolões onde o setor privado faz a festa, é preciso continuar as políticas de Lula no atual governo Dilma. A absurda taxa de conclusão de 90% continua do REUNI que deveria ser aplicada até 2012, e o resto de sua reforma continuará dando a linha, na superlotação das salas de aula, na abertura do financiamento privado nas universidades públicas, na terceirização e precarização do trabalho nas instituições, etc.

A linha produtivista na pesquisa vista na reforma universitária continuará. As exigências de crescimento da pós-graduação não vêm acompanhadas da qualidade

de antes, apesar de elitizada, caracterizada por acompanhamento pessoal etc. A crescente superexploração do docente é uma das causas. O EaD se mostra como grande tendência, e o controle do CNPq e do seu financiamento arbitrário compromete uma pesquisa científica que não sofra o peso dos ditames do mercado e do Estado.

A questão das minorias no PNE

Para as minorias mais fragilizadas do povo (marginalizados, pessoas com necessidades especiais, indígenas, camponeses pobres, negros, LGBT's etc.) o novo PNE traz uma retórica inclusiva e específica desses setores. Aqui é preciso denunciar o caráter ideológico disso: como muitos movimentos ligados às minorias conseguiram se organizar e fazer pressões ao governo, em parte devido ao “consenso” em torno de pautas que retiram a centralidade dos antagonismo de classe, e mais atualmente participam da formulação das políticas, referências ao mesmo não podiam deixar de aparecer. Porém uma coisa oposta é a viabilidade de uma educação igualitária para esses setores tendo em vista a forte tendência precarizante para o povo pobre, a não garantia do setor público com a qualidade, e o crescente e excludente setor privado. As políticas compensatórias e afirmativas, que deveriam ser provisórias mas se tornaram permanentes, são insuficientes pois não tocam na raiz do problema, não resolvendo-o justamente por serem fundamentalmente paliativas. Vislumbrar uma educação inclusiva e para a diversidade num cenário neoliberal de brutal ataque aos direitos da maioria do povo é uma ilusão, um manto ideológico.

Como podemos observar, possivelmente este novo PNE marcará mais uma grandiosa década da educação (sic) e caminhará para um “sistema educacional” cada vez mais sem saída... rumo a precarização, o tecnicismo e a privatização em que o povo pobre ficará encurralado. O único caminho para barrar a reforma neoliberal via novo PNE será a organização e a luta direta dos estudantes e trabalhadores da educação!

A LUTA CONTRA O NOVO PNE NEOLIBERAL DE DILMA/PT

Como afirmamos em outros momentos, para a RECC, o problema do novo PNE não é principalmente a porcentagem que pretende aplicar (os 7% do PIB gradualmente aplicado ao invés de 10% ou mais) na educação, como afirmam os mais diversos movimentos reformistas. É preciso compreender o novo PNE com todas as suas metas e estratégias como uma continuidade, aplicado em certo momento histórico, e que cumpre um papel fundamental para o capital nacional e internacional,

nas mais diversas dimensões. Aumentar o investimento para continuar financiando os empresários da educação de nada nos adianta. Tendo como objetivo “sistematizar” uma reforma para uma educação também cada vez mais integrada, regida pelas necessidades do mercado, o novo PNE em si representa mais um ataque à educação pública e voltada para o povo, sendo assim um ataque direto a um dos objetivos maiores do movimento estudantil e dos trabalhadores: uma educação popular e emancipadora.

Muito além de representar insuficiência de verbas, o novo PNE modifica e reafirma o caráter da própria função e objetivo da educação nos seus diversos níveis, ou seja, garantir a reprodução das forças produtivas (ciência, tecnologia e mão-de-obra) e reforçar a ideologia do servilismo e da docilidade dos estudantes perante sua futura (ou atual) exploração pelo capital. O visível cunho neoliberal que pretende mercantilizar ainda mais a educação, tornar o ensino tecnicista, voltado para o mercado, e na prática elitizar a educação de qualidade, deve ser combatido como um todo. A suposta expansão dos níveis de ensino não garantem a qualidade e permanência dos mesmos para o povo, prejudica o cunho público e popular da educação e coaduna com os interesses do capital. Queremos uma expansão que garanta 100% do acesso de todos os estudantes-trabalhadores e filhos de trabalhadores do ensino fundamental ao ensino médio e do ensino médio ao ensino superior; que garanta a possibilidade, em todos estes níveis, de permanência dos estudantes pobres nas escolas por uma assistência estudantil digna; queremos uma expansão, por fim, cuja entrada e permanência dos estudantes, sejam no ensino médio, técnico ou superior, coloque a produção de conhecimentos a serviço das causas do povo, e não do desenvolvimento burguês e a conseqüente concentração de capital.

A alternativa a ser buscada deve ser conseguida na luta dos estudantes e trabalhadores, através da construção coletiva de propostas e das antigas reivindicações populares que, diferente do que tenta provar o governo, são opostas aos interesses empresariais e do capital internacional. Não tendo nenhuma ilusão nos espaços de legitimação e colaboração com o governo e desgaste do movimento, como as conferências e fóruns educacionais tripartites regidos pelo governo em conluio com a burguesia. Os estudantes e todos os trabalhadores envolvidos com a educação devem se organizar para a luta direta, a partir de pautas locais, tendo como horizonte a construção de uma **Greve Geral da Educação**, com pautas mais amplas, sendo esse o único mecanismo capaz de barrar as reformas neoliberais e os ataques que a educação tem sofrido anos consecutivos, sistematizadas no novo PNE.

Ao mesmo tempo temos que nos desviar daqueles que, dizendo “fazer a luta”, propõem estéreis e débeis métodos legalistas e pacifistas que não ameaçam materialmente o Governo Dilma e a implementação de seu PNE, como a proposta de um Plebiscito Nacional, emendas parlamentares, abaixo-assinados etc. Nada mais trágico entrarmos nesta luta jogando dentro das regras do Estado-burguês para tentar “convencer” o Governo: este já está decidido e já tomou sua postura de classe ao lado dos capitalistas. Cabe aos estudantes e trabalhadores, através de suas legítimas

e democráticas organizações, imporem pela força que este novo golpe não seja desferido contra a educação no Brasil.

Se o governo e os capitalistas, a canetadas e troca de favores políticos e econômicos, atacam globalmente o sistema educacional em uma única cartada com o seu PNE NEOLIBERAL, a resposta e garantia de barrar o mesmo virá apenas da ampla aliança de base entre todos os setores atingidos pelo Plano (estudantes, professores, servidores, familiares, comunidade etc.): somente pela contraofensiva também global poderemos imprimir uma derrota a este PNE, e a greve geral e as mobilizações de rua são nossas armas. É na força das massas de estudantes e de trabalhadores organizados e em combate com o governo e empresários que a possibilidade de uma nova educação que fuja dos ditames neoliberais é possível em nosso país.

Sobre a possibilidade de uma greve geral, devemos aprender, por exemplo, com nossos irmãos secundaristas chilenos, que, assim como em 2006, quando tiraram pela primeira vez o ministro da educação, hoje lutam de maneira unificada com seus companheiros universitários, professores e outras frações da classe trabalhadora contra a continuidade da educação neoliberal, iniciada na ditadura de Pinochet. Devemos nos organizar nos nossos locais de estudos e em nossas cidades, buscando sempre romper com o corporativismo, unificando as lutas de diversos setores, porém combatendo sempre o governismo, o eleitoralismo traiçoeiro, o reformismo e suas expressões no movimento de massas (como as reformistas UNE, UBES, CUT e CTB) incapazes de barrar as reformas neoliberais e inimigas do povo por serem elas mesmas coadjuvante das mesmas. Apenas a força coletiva dos estudantes e trabalhadores da educação colocando o governo federal na parede abrirá o caminho para as vitórias. E de vitória em vitória caminharemos para uma derrota completo do neoliberalismo na educação brasileira! Unidos somos muitos, organizados somos fortes!

**AVANTE TRABALHADOR E ESTUDANTE!
DERRUBAR NA LUTA O PNE NEOLIBERAL!
CONSTRUIR A GREVE GERAL NA EDUCAÇÃO!
POR UMA EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO POVO!
JUNTE-SE A REDE ESTUDANTIL
CLASSISTA E COMBATIVA!**



**REDE ESTUDANTIL
CLASSISTA E COMBATIVA**

WWW.REDECLASSISTA.BLOGSPOT.COM